

PATRIMONIALIDADE E RECONHECIMENTO: A NOMINAÇÃO DE CONJUTOS EPISTOLARES PELO COMITÊ NACIONAL DO BRASIL - PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO

CRISTIÉLE SANTOS DE SOUZA¹; CARLA RODRIGUES GASTAUD ²;

¹Universidade Federal de Pelotas – cristiele.hst@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas (Orientadora) – crgastaud@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

O tombamento, o registro e a nomeação, são algumas das formas de reconhecimento político institucional da necessidade de salvaguardar bens, manifestações ou saberes representativos para a “memória coletiva” (HALBWACHS, 2003). Ancorados em legislações e acordos internacionais essas medidas de salvaguarda acabam por consolidar os valores que norteiam o princípio de “patrimonialidade” (POULOT, 2009) socialmente aceito. Este estudo, que integra a pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, propõe uma discussão voltada para a nomeação de conjuntos epistolares pelo Comitê Nacional do Brasil - Programa Memória do Mundo, como um indício das relações de poder que envolvem os “valores” (HERNÁNDEZ, 1996) mobilizados para a salvaguarda de acervos epistolares de ordem privada no país.

O Programa Memória do Mundo (MOW) foi criado, na década de 1990, como braço da UNESCO voltado à preservação de acervos documentais considerados relevantes para a memória do mundo e que estivessem em risco. Ao longo do tempo, o programa foi redefinindo suas finalidades e instalando Comitês Nacionais, responsáveis por receber e analisar as candidaturas. Nessa perspectiva, os números relativos aos conjuntos epistolares nominados no Brasil, assim como a sua proveniência e vinculação institucional, são vistos como dados para compreender o universo brasileiro da institucionalização da salvaguarda de acervos epistolares.

2. METODOLOGIA

Partindo do método baseado na concepção de um paradigma indiciário, desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989), este estudo foi organizado em três etapas distintas e complementares:

- A primeira etapa foi desenvolvida a partir da identificação das ações do Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo, enquanto indícios para compreender a institucionalização da salvaguarda de acervos epistolares no país. Isso se deu pelo estudo de suas publicações, tais como relatórios e normativas.

- A segunda etapa consistiu de um levantamento numérico das nomeações de acervos epistolares pelo mesmo programa, a partir das informações mais recentes divulgadas em sua página na internet.

- A terceira e última etapa tratou da análise dos dados coletados, buscando a partir disso pensar os valores mobilizados nestes processos de salvaguarda.

Este estudo, portanto, parte de análises quantitativas e qualitativas em diálogo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2018, o Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo divulgou a tabela de “Bens de patrimônio brasileiros nominados no registro nacional do Brasil no Programa Memória do Mundo (MOW) da Unesco”¹, contendo uma listagem com os nomes dos acervos, o período de produção dos documentos, as entidades custodiadoras e pequenas descrições dos conjuntos documentais nominados entre 2007 e 2018.

Durante o período relatado, foram nominados um total de 111 conjuntos documentais, incluindo desde fotografias, mapas e partituras, até acervos bibliográficos e manuscritos. Do total de acervos nominados, apenas três são formados exclusivamente por conjuntos epistolares, são eles: Cartas Andradas, custodiadas pela Fundação Biblioteca Nacional, Cartas Régias (1648-1821), custodiadas pelo Arquivo Público do Estado da Bahia e Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte, custodiada pelo Arquivo Nacional.

Nos três casos, as cartas que compõem o acervo estão relacionadas à história política do Brasil e tem como origem instituições públicas e formais de salvaguarda. Há, ainda, quinze acervos de constituição mista que declaram possuir correspondências de ordem pessoal como parte de seus bens, são eles: Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo João Guimarães Rosa (USP), Arquivo Machado de Assis (ABL), Inconfidência em Minas – Levante Tiradentes (AN), Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (PUC – SP), Fundo Carlos Chagas (FIOCRUZ), Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo (MI), Arquivo Roquette Pinto (ABL), Coleção Carlos Gomes (MI), Fundo Plínio Salgado (Arquivo Público do Município de Rio Claro), Acervo documental e iconográfico de Abdias Nascimento (IPEAFRO), Acervo de Jean-Pierre Chablotz: referente à Batalha da Borracha (Museu de Arte da UFC), Arquivo Arthur Ramos (FBN), Arquivo Lima Barreto (FBN), Acervo de quatro fortificações da Capitania de Mato Grosso/1768-1822 (Arquivo Público do Estado do Mato Grosso).²

Diante das informações acima, foi possível observar que, em sua maioria, os conjuntos epistolares são preservados como parte de outros acervos e como elementos biográficos relacionados a figuras notáveis na História brasileira, como políticos, escritores e artistas. Há, contudo, ainda que em menor número, cartas de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas por tragédias ou por instituições, como no caso das cartas que integram o acervo do “Fundo Comitê de defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul”. Nesse sentido, compreende-se a necessidade de pensar os critérios e valores mobilizados para a seleção e salvaguarda desses acervos, que em última instância dão os contornos de sua constituição.

4. CONCLUSÕES

¹ http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MOW_tabela_acervos_2007_2018_com_links.pdf

² Siglas: CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas; USP – Universidade de São Paulo; ABL – Academia Brasileira de Letras; AN – Arquivo Nacional; PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz; MI – Museu Imperial; IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros; FBN – Fundação Biblioteca Nacional.



O estudo dos dados divulgados pelo Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo, demonstrou que embora a inserção do Programa no contexto de políticas de preservação de acervos documentais arquivísticos e bibliográficos no Brasil, tenha ampliado as possibilidades de reconhecimento e de preservação de conjuntos epistolares, há certa continuidade nos processos de atribuição de valores que definem o que deve ou não ser patrimonializado. As cartas continuam tendo sua preservação associada à notoriedade de seus correspondentes, e não à sua relevância como um documento/ testemunho de práticas, hábitos, valores e modos de viver que nem sempre são legíveis em outras fontes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In. GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart et al. El valor del patrimonio histórico. **Complutum Extra**, 6(11), 1996. P. 215-224. Acessado em: 26 de agosto de 2020. Online. Disponível em:
<https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/CMPL9696330215A/29835>

MOW-BRASIL. **Bens de patrimônio brasileiros nominados no registro nacional do Brasil no Programa Memória do Mundo (MOW) da Unesco**. Acessado em 20 de Agosto de 2020. Online. Disponível em:
http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MOW_tabela_acervos_2007_2018_com_links.pdf

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.